

*Apresentado por
A. G.*

Documentos que compõem o Relatório & Contas
referentes ao exercício de 2016:

1. Relatório de Gestão
2. Balanço
3. Demonstração de Resultados
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio
6. Notas de Demonstrações Financeiras
7. Certificação Legal das Contas
8. Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores Accionistas,

O Conselho de Administração saúda e agradece aos Senhores Accionistas toda a colaboração prestada, e a todos os trabalhadores pelo empenho e dedicação colocados ao serviço deste nosso Projecto Comum, perdurando o lema

Solidariedade, Emoção, Paixão e...Gratidão

1. ASPECTOS RELEVANTES DO ANO DE 2016

O ano de 2016 será certamente um ano recordado por alterações importantes no rumo quer económico quer político a nível global.

A mudança no paradigma da austeridade, o Brexit ou a eleição de Donald Trump, assim como previsíveis efeitos colaterais na UE, acompanhados de outros sinais emanados das sociedades ditas mais desenvolvidas, fazem perdurar o sentimento de instabilidade que se tem vivido nos últimos anos. Estamos a percorrer novos caminhos, ainda com destino incerto.

Depois de no início do ano termos assistido à descida do preço do barril de petróleo para novos mínimos históricos, no final do ano assistimos a uma recuperação relevante em resultado da decisão da OPEP em diminuir a produção.

No mercado cambial, e em consequência dos factores acima descritos, observámos uma volatilidade pouco habitual na histórica estabilidade do euro, libra esterlina e dólar.

No mercado Angolano continuou-se a assistir ao aprofundamento da recessão com uma quebra brutal no movimento de divisas por via das crescentes dificuldades dos bancos na importação de notas de USD.



2. A ACTIVIDADE DA NOVACÂMBIOS

Depois de um ano de 2015 francamente favorável no que aos resultados concerne, verificou-se uma tendência depressiva nos mesmos em 2016.

Esta realidade resulta, em grande parte, da alteração na conjuntura do mercado Angolano que nos últimos meses de 2015 já dava sinais de dificuldades.

Esta conjuntura desfavorável afectou não só o negócio das transferências com Angola, como os próprios proveitos cambiais na compra e venda de moeda.

A quebra no negócio das transferências cifrou-se em 92% em relação a 2015 e em 29% nos proveitos cambiais.

3. ASPECTOS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Do Balanço:

Activo:

Como aspectos mais salientes da evolução do activo destacam-se:

- *A diminuição de 518 milhares de euros das Disponibilidades em Caixa.*
- *A diminuição de 1 421 milhares de euros em Bancos, o que tal como a diminuição de "Caixa" reflecte o decréscimo do negócio e dos proveitos.*
- *A redução dos Activos Tangíveis em 2 393 milhares de euros, resultante quase integralmente da alienação do edificio da Calçada do Carmo.*

Passivo:

Quanto ao passivo, as principais alterações foram as seguintes:

- *Redução de 988 milhares de euros dos Recursos de Outras IC, pela amortização integral do empréstimo para aquisição do edificio da Calçada do Carmo, na sequência da sua venda.*
- *Redução de 773 milhares de euros da rubrica de Credores e Outros Recursos (Outros Passivos) em linha com o decréscimo de actividade nas transferências.*



- *Aumento de 150 milhares de euros na rubrica Encargos a pagar (Outros Passivos), resultante das condições do contrato com a ANA Aeroportos para 2016/2017.*

Da Demonstração de Resultados:

Custos:

- *Aumento de 916 milhares de euros nas Comissões Pagas, em grande parte devido ao aumento das comissões da ANA Aeroportos, assumido contratualmente.*
- *Diminuição de 416 milhares de euros nos Custos com Pessoal, parcialmente explicados pela não distribuição de gratificações em 2016, dada a evolução previsível do resultado ao longo do exercício.*

Proveitos:

- *Os Ganhos com Transferências diminuíram em 6 364 milhares de euros (92%), devido ao decréscimo súbito das transferências no corredor Angola/Portugal.*

Como consequência, o Resultado Líquido do Período é negativo em 594.892,26€

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

O conselho de Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

5. O FUTURO

A Novacâmbios têm-se caracterizado pela sua Resiliência e Capacidade de Adaptação ao longo dos anos, apesar de 2016 ter sido um ano difícil, e de outras dificuldades certamente se apresentarem perante nós no futuro próximo.



3

No entanto, a procura de novos corredores, parceiros e vertentes de negócio, a par de um controlo efectivo e assertivo dos custos, revela-se preponderante para o regresso da Novacâmbios ao percurso trilhado ano após ano.

A aposta na internacionalização e no investimento permanece como uma via determinante para garantir a sobrevivência e desenvolvimento da empresa.

No quadro organizativo devemos reequacionar a rede de balcões de acordo com as novas vertentes de negócio e com as alterações de mercado.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido Negativo de, 594.892,26€ seja transferido para Resultados Transitados.

7. AGRADECIMENTOS

Estando conscientes do apoio, esforço e boa vontade de diversas entidades, agradecemos nomeadamente:

- Ao BANCO MONTEPIO e ULTRA-SGPS, S.A., accionistas da nossa empresa que não regatearam esforços para nos ajudar a resolver todas as situações, em particular a defesa dos postos de trabalho;*
- Aos nossos parceiros nos diferentes países pelo apoio dado e que muito contribuiu para o nosso sucesso;*
- Aos nossos empregados pelo esforço e dedicação sempre demonstrados;*
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Exmo, Sr. Dr. Pedro Sameiro, pela disponibilidade sempre demonstrada;*



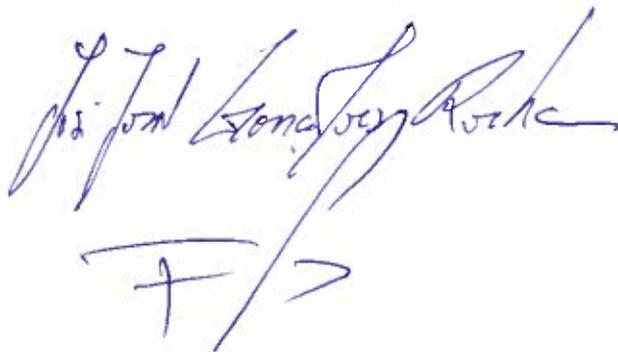
- *Ao Dr. José Manuel Silva, nosso Técnico Oficial de Contas, por todo o apoio e ajuda sempre concedidos;*
- *Ao nosso Revisor Oficial de Contas, o Exmo Sr. Dr. Manuel Brito e a toda a equipa da Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas, pelo profissionalismo e empenho na procura de soluções para os diferentes problemas.*

A todos quantos “vestiram a nossa camisola”, o nosso mais profundo agradecimento.

Agradecemos também a outras entidades, que embora estranhas à nossa empresa, sempre mostraram disponibilidade para ajudar:

- *Ao Banco de Portugal e nomeadamente ao Departamento de Supervisão;*
- *Aos Conselhos de Administração do BANCO MONTEPIO e da Associação Mutualista;*
- *À Direcção Financeira do BANCO MONTEPIO*
- *À Direcção Comercial do BANCO MONTEPIO*
- *Às Direcções Financeiras dos diferentes Bancos com quem trabalhamos;*
- *Aos nossos clientes e amigos que nos honraram com a sua preferência.*

Lisboa, 3 de Abril de 2017



José Manuel Silva

BALANÇO

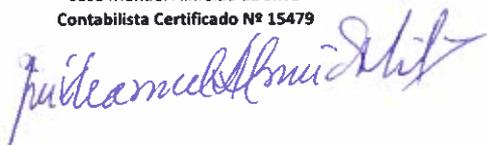
NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte: Individual - NCA

Ano: 2016
Mês: Dezembro

	Ano - Actividade Global				
	Notas	Valor antes de	Provisões, imparidades	Valor líquido	Ano anterior
		provisões, imparidades e amortizações	e amortizações		
	1	2	3 = 1 - 2	4	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	2.902.616,37		2.902.616,37	3.421.511,40
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	2	498.327,52		498.327,52	1.919.834,20
Activos financeiros disponíveis para venda	3	284.828,64	157.487,09	127.341,55	199.632,84
Outros activos tangíveis	4	2.716.053,96	1.576.585,18	1.139.468,78	3.532.642,77
Activos intangíveis	5	120.227,73	117.865,16	2.362,57	11.080,87
Activos por impostos correntes	8	814.223,84		814.223,84	
Outros activos	6	2.264.999,68		2.264.999,68	3.397.288,18
Total de Activo		9.601.277,74	1.851.937,43	7.749.340,31	12.481.990,26
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	7				988.798,82
Passivos por impostos correntes					1.290.778,62
Outros passivos	9			2.523.625,70	3.181.805,95
Total de Passivo				2.523.625,70	5.461.383,39
Capital					
Capital	10			1.750.000,00	1.750.000,00
Outras reservas e resultados transitados	11			4.070.606,87	1.346.647,17
Resultado do exercício				-594.892,26	3.923.959,70
Total de Capital				5.225.714,61	7.020.606,87
Total de Passivo e Capital				7.749.340,31	12.481.990,26

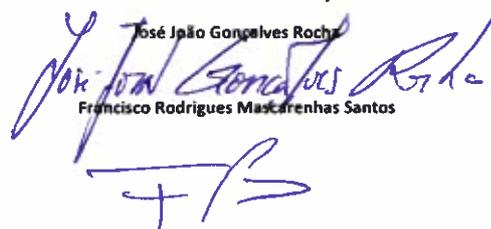
O Responsável pela Contabilidade

José Manuel Almeida da Silva
Contabilista Certificado Nº 15479



O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Base de reporte: Individual - NCA

Ano: 2016

Mês: Dezembro

Valores em Euros

	Notas / Quadros Anexos	Ano	Ano	Anterior
Juros e rendimentos similares				
Juros e encargos similares	12	21.753,58		86.081,23
Margem Financeira		-21.753,58		-86.081,23
Rendimentos de serviços e comissões	13	1.077.450,83		1.009.192,30
Encargos com serviços e comissões	14	2.399.829,44		1.491.067,95
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	15	5.709.127,16		12.694.991,69
Outros resultados de exploração	16	1.540.624,19		1.063.729,07
Produto bancário		5.905.619,16		13.190.763,88
Custos com pessoal	17	3.867.433,49		4.284.404,19
Gastos gerais administrativos	18	2.279.573,29		3.143.564,30
Amortizações de exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	19	223.649,92		323.269,71
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20	72.291,29		68.803,45
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações				
Resultado antes de impostos		-537.328,83		5.370.722,23
Impostos				
Correntes	21	57.563,43		1.446.762,53
Resultado após impostos	22	-594.892,26		3.923.959,70
Resultado líquido do exercício		-594.892,26		3.923.959,70

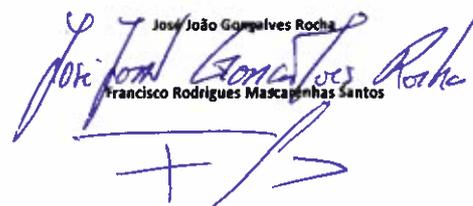
O Responsável pela Contabilidade

José Manuel Almeida da Silva
Contabilista Certificado N.º 15479



O Conselho de Administração

Jose João Gonçalves Rocha



Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Ano : 2016

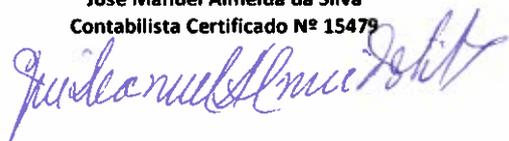
Base de reporte : Individual - NCA

Mês : Dezembro

	Valores em Euros
Actividades Operacionais	
Recebimentos de comissões	1.061.754,49
Pagamento de comissões	-1.926.728,71
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-5.657.045,96
Resultados de reavaliação cambial	5.709.127,16
Caixa gerada pelas operações	-812.893,02
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-2.147.973,72
Outros recebimentos/pagamentos	2.034.798,80
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	-926.067,94
Actividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Activos fixos tangíveis	-188557,63
Activos intangíveis	
Investimentos financeiros	-1.500.000,00
Outros activos	
	-1.688.557,63
Recebimentos provenientes de:	
Activos fixos tangíveis	1.387.200,00
Activos intangíveis	
Investimentos financeiros	1.500.000,00
Outros activos	
Subsídios ao investimento	
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	
	2.887.200,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	1.198.642,37
Actividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	-991.222,56
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
	-991.222,56
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	
Juros e gastos similares	-21.753,58
Gratificações de Balanço	
Dividendos	-1.200.000,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
	-1.221.753,58
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	-2.212.976,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1.940.401,71
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.341.345,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.400.943,89
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa	0,00

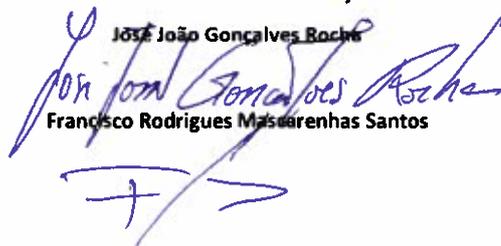
O Responsável pela Contabilidade

José Manuel Almeida da Silva
Contabilista Certificado N.º 15479



O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha



Francisco Rodrigues Masarenhas Santos

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2016 Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

Posição no início do Período 2016	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
	Capital realizado	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transilados	Reservas de Reavaliação		
1	1.750.000,00	0,00	259.998,32	858.044,31	228.604,54	0,00	3.923.959,70	7.030.606,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos								
Excedente de revalorização de activos								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-584.892,26
4+2+3								-584.892,26
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições - Dividendos								
Entradas para cobertura de perdas								
Activos Intangíveis em Curso								
Outras operações - Aplicação Resultados Exercício Anterior								
5	0,00	0,00	392.396,00	2.331.563,70	0,00	0,00	2.723.959,70	-1.200.000,00
6+1+2+3+5	1.750.000,00	0,00	652.394,32	3.189.608,01	228.604,54	0,00	5.447.919,40	5.223.714,61
Posição no fim do Período 2016								

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 26 de Maio de 2016

O Responsável pela Contabilidade
José Manuel Almeida da Silva
Contabilista Certificado Nº 15479

O Conselho de Administração
Francisco Rodrigues Nogueiras Santos
José João Gonçalves
13/17

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

**Anexo ao Balanço e à Demonstração
de Resultados**

31 de Dezembro de 2016

(Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)

Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31/12/2016

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Em Junho de 2012 a sociedade alterou a sua designação social para **NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A.**, e foi registada no Banco de Portugal como Instituição de Pagamento já em 2013.

No exercício de 2016 as principais actividades desenvolvidas pela NovaCâmbios foram a compra e venda de moeda estrangeiras, a realização de operações de envios e pagamentos de fundos e a compra de cheques de viagem.

As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agentes doutras Instituições de Pagamentos mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da empresa.

I – Comparabilidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com as demonstrações do exercício anterior.

II - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras - Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

A Empresa preparou todas as demonstrações financeiras em conformidade com as *normas contabilísticas ajustadas* (N.C.A.), conforme a Instrução N.º 18/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Activos Tangíveis e Intangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.



b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2016 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídios de férias, bem como os respectivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.



h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

III – Principais políticas contábilísticas

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da NovaCâmbios, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.



c) Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

d) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

f) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

g) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.



Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

IV – Impostos

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 21% aplicada sobre a matéria colectável no exercício, à qual acresce a derrama municipal de 1,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de cinco anos após a sua ocorrência e são susceptíveis de dedução a lucros fiscais reportáveis gerados durante esse período.

Nos termos do art.º 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

V - Número médio de pessoas ao serviço

Durante o ano de 2016, a empresa teve um efectivo médio anual de **195** trabalhadores ao serviço.

1. Caixa

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da conta de caixa era de **2.902.616,37**

	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Caixa - Moeda Nacional	1.692.607,76	2.382.472,17
Caixa - Moeda Estrangeira	1.210.008,61	1.039.039,23
Total em Caixa	2.902.616,37	3.421.511,40



2. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da conta de disponibilidades em outras instituições de crédito era de **498.327,52**

	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Depósitos à Ordem Moeda Nacional	477.601,42	1.795.124,17
Depósitos à Ordem Moeda Estrangeira	15.514,28	14.486,83
Total em Bancos Nacionais	493.115,70	1.809.611,00

	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Depósitos à Ordem Moeda Estrangeira	5.211,82	110.223,20
Total em Bancos no Estrangeiro	5.211,82	110.223,20

3. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Regista instrumentos de capital, emitidos pelo Banco Montepio Geral, valorizados à cotação, em 31 de Dezembro de 2016, na BVL.

O valor líquido destes activos a 31 de Dezembro de 2016 é de **127.341,55**

Títulos	284.828,64
Imparidade Acumulada	(157.487,09)



4. Outros Activos tangíveis

Referente aos Activos Tangíveis:

	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Valor Bruto	2.716.053,96	4.967.496,33
Amortizações Acumuladas	1.576.585,18	1.434.853,56
Valor líquido em 31.12.2016	1.139.468,78	3.532.642,77
Amortizações do Exercício	214.931,62	323.269,71
Aquisições do Exercício	188.557,63	348.614,92

5. Activos Intangíveis

Referente aos Activos Intangíveis:

	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Valor Bruto	120.227,73	120.227,73
Amortizações Acumuladas	117.865,16	109.146,86
Valor líquido em 31.12.2016	2.362,57	11.080,87
Amortizações do Exercício	8.718,30	15.009,04
Aquisições do Exercício	0,00	11.080,87

O montante estimado de impostos sobre os lucros referente ao exercício de 2016, é de 57.563,43.

Durante o ano de 2016 a empresa efectuou pagamentos por Conta de IRC e houve retenções na fonte:

IRC - Pagamentos por Conta	857.195,10€
IRC - Retenções na Fonte	14.592,17€
TOTAL	871.787,27€

Imposto sobre os lucros de **57.563,43€** - o valor das Retenções na Fonte e Pagamentos por Conta de IRC de **871.787,27€** = **814.223,84€** valor de IRC a recuperar da AT-Autoridade Tributária



6. Outros Activos

OUTROS ACTIVOS	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Outros Activos:		
Conta 31 - Devedores de Outras Aplicações	1.670.677,02	3.171.383,13
Devedores por Processos Judiciais	17.330,69	17.330,69
- Processo – 2111/08.4	16.780,69	16.780,69
- Processo – 880/14.2	550,00	550,00
Outros Devedores - Valores a receber	304.365,07	44.439,57
- Nacionais	265.860,67	32.011,84
- Estrangeiros	38.504,40	12.427,73
Outros Devedores - Valores a receber	1.348.981,26	3.109.612,87
TRANSFERÊNCIAS DE VALORES		
- NCPortugal	0,00	20,00
- MoneyGram	31.135,28	8.767,52
- RealTransfer Portugal	19.321,15	19.044,60
- Sigue	0,00	1.950,24
- Goo Transfer	85.612,49	4.660,26
- NCAngola	1.212.912,34	3.075.170,25
Conta 33 - Rendimentos a Receber	7.569,93	59.498,03
TRANSFERÊNCIAS DE VALORES	0,00	59.366,60
- MoneyGram	0,00	36.610,11
- RealTransfer	0,00	22.688,31
- Sigue	0,00	68,18
Outros Rendimentos a Receber	7.569,93	131,43
- Rendas	0,00	131,43
- Euronet – ATM's	7.569,93	0,00
Conta 34 - Despesas com Encargo Diferido	555.194,03	96.629,13
- Credores e outros recursos	14.057,77	3.185,68
- Seguros	14.918,74	9.437,21
- Rendas	126.217,52	83.376,24
- Caução Euronet	400.000,00	0,00
Conta 54 – Outras Contas de regularização	3.798,23	69.777,89
- Operações Activas a regularizar	0,00	63.143,64
- Outras contas a regularizar	3.798,23	6.634,25
TOTAL	2.237.239,21	3.397.288,18



7. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2016, o montante registado era de **0,00** referente a recursos obtidos pelas seguintes instituições de crédito:

Recursos de OIC	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Banco Montepio Geral – Empréstimo	0,00	988.798,82
	0,00	0,00
Banco Montepio Geral – Conta Corrente Caucionada		
Banco BIC – Conta Corrente Caucionada	0,00	0,00
TOTAL	0,00	988.798,82

8. Activos por Impostos Correntes

O montante a recuperar em 2017 referente aos impostos de 2016 é de **814.223,84€**.

O montante estimado de impostos sobre os lucros referente ao exercício de 2016, é de **57.563,43**.

Durante o ano de 2016 a empresa efectuou pagamentos por Conta de IRC e houve retenções na fonte:

IRC - Pagamentos por Conta	857.195,10€
IRC - Retenções na Fonte	14.592,17€
TOTAL	871.787,27€

Imposto sobre os lucros de **57.563,43€** - o valor das Retenções na Fonte e Pagamentos por Conta de IRC de **871.787,27€** = **814.223,84€** valor de IRC a recuperar da AT-Autoridade Tributária



9. Outros Passivos

OUTROS PASSIVOS	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Conta 51 – Credores e Outros Recursos	1.151.185,61	1.925.031,97
Credores ao Sector Público Administrativo	125.515,41	139.194,66
- Retenções de Impostos na fonte	47.884,84	60.341,31
- Contribuições para a Segurança Social	77.630,57	78.853,35
Cobranças de Terceiros	381,78	940,52
- Penhora de Vencimentos	381,78	940,52
Credores Diversos	1.025.288,42	1.784.896,79
- Credores - Fornecedores Residentes	711.530,41	372.505,22
- Credores - Estrangeiros	29.479,89	130.850,00
- Outros Credores	0,00	1.281.449,04
Outros Credores - Valores a pagar a Agentes/Correspondentes	36.941,39	849.017,10
TRANSFERÊNCIAS DE VALORES		
- MoneyGram	0,00	3.562,61
- Sigue	0,00	1.930,61
- RealTransfer	36.644,53	843.523,88
- NCAngola	296,86	0,00
Outros Credores - Valores a pagar a Clientes	247.336,73	432.431,94
TRANSFERÊNCIAS DE VALORES		
- NCPortugal	20,00	20,00
- Goo Transfer	109.252,83	233.589,08
- NCAngola	138.063,90	198.822,86
Conta 52 – Encargos a pagar	1.053.368,11	894.201,93
- Juros a pagar - Banco Montepio Geral e Banco BIC	0,00	1.616,48
- Férias, Subs. de Férias, Enc. Sociais e Fundo C.T.	364.354,37	462.123,16
- Ordenados a pagar	13.032,30	18.049,41
- Fornecimentos e Serviços de Terceiros a pagar	31.298,09	35.456,81
- Outros encargos a pagar	778,81	9.270,96
- Outros encargos a pagar ANA-Aeroportos	643.904,54	367.685,11
Conta 53 – Receitas com Rendimento Diferido	290.000,00	360.000,00
- Receitas com Rendimento Diferido - Money Gram	290.000,00	360.000,00
Conta 54 – Outras Operações a Regularizar	1.311,51	2.572,05
- Sobras de Caixa	1.311,51	2.572,05
TOTAL	2.022.764,50	3.181.805,95



10. Capital

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social, de 1.750.000 encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

11. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e Resultados Transitados	Exercício de 2016	Exercício de 2015
- Reserva Legal	652.394,32	259.998,32
- Reservas Livres	3.189.608,01	858.044,31
- Resultados Transitados	228.604,54	228.604,54
TOTAL	4.070.606,87	1.346.647,17

12. Juros e Encargos Similares

Os custos desta natureza, em 2016, foram os seguintes:

	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Juros de Empréstimos	21.443,03	42.844,48
Juros de Conta Corrente Caucionada	310,55	24.205,62
Juros de Descoberto Autorizado	0,00	9.338,95
Juros de Depósitos à Ordem	0,00	9.692,18
Total	21.753,58	86.081,23

13. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2016, foram de 1.077.450,83 referente a:

	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Transferência de Valores	648.654,00	748.386,27
Comissões Cash Back	0,00	14,15
Comissões na Compra e Venda de Moeda	246.396,21	260.791,88
Comissões por Operações em ATM - Euronet	182.400,62	0,00

O total das transferências de valores realizadas pela Novacâmbios, efectivadas através de outra Instituição de Pagamento, na qualidade de agente, é o que consta do quadro seguinte:

INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTOS	ENVIOS	PAGAMENTOS	TOTAL
- MONEYGRAM	13.677.933,14	14.155.465,13	27.833.398,27
- SIGUE	64.050,66	79.666,55	143.717,21
- REALTRANSFER PORTUGAL	15.289.186,48	1.286.195,99	16.575.382,47
- NOVACÂMBIOS PORTUGAL	21.586,84	20.599,20	42.186,04
Total	29.052.757,12	15.541.926,87	44.594.683,99



14. Encargos com serviços e comissões

COMISSÕES	Exercício de 2016	Exercício de 2015
- Comissões por Garantias Bancárias	14.400,52	11.833,66
- Comissões pagas p/ Compra e Venda de Moeda	17.327,93	91.472,99
- Comissões por operações bancárias	9.787,77	14.961,19
- Comissões da ANA-Aeroportos	2.336.895,87	1.343.263,13
Total	2.378.412,09	1.461.530,97

15. Resultados de Reavaliação Cambial

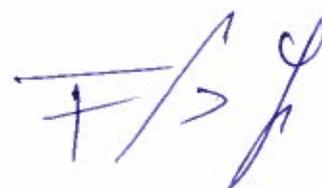
Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de 5.709.127,16

	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Ganhos em Operações Financeiras	5.742.877,60	14.932.462,39
Perdas em Operações Financeiras	33.750,44	2.237.470,70
Margem de Operações Financeiras	5.709.127,16	12.694.991,69
Margem em Notas	5.223.671,01	6.209.192,62
Margem nas Transferências de Dinheiro	410.933,15	6.516.766,21
Margem em Divisas	74.525,08	0,00
Diferenças Cambiais	(2,08)	(30.967,14)
Ganhos Cambiais Transferências	0,00	0,00
Margem Total	5.709.127,16	12.694.991,69

16. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de Dezembro de 2016, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

	Exercício de 2016	Exercício de 2015
- Outros Encargos e Gastos Operacionais	30.339,73	22.380,03
- Outros Impostos	17.731,25	18.669,49
- Outros Rendimentos e Receitas	1.588.695,17	1.104.778,59
Outros Resultados de Exploração	1.636.766,15	1.063.729,07
Conta 72 - Outros Encargos e Gastos Operacionais	30.339,73	22.380,03
- Quotizações e Donativos	11.861,39	20.958,65
- Outros Encargos e Gastos	9.774,65	143,13
- Falhas Perdoadas	2.145,85	676,43
- Multas e Outras Penalidades	3.595,96	60,00
- Prejuízos por Extravio, Roubo e Falsificação	0,00	222,74



Conta 75 – Outros Impostos	17.731,25	18.669,49
- Imposto do Selo s/Comissões ATM - Euronet	492,00	0,00
- Imposto do Selo s/ Transferências	11.083,95	4.735,69
- Imposto do Selo s/ Operações Bancárias	333,16	3.726,16
- Outros Impostos do Selo	468,55	400,37
- IUC-Imposto Único de Circulação	520,43	486,69
- IMI-Imposto Municipal sobre Imóveis	1.703,22	1.703,22
- IMT-Imposto Municipal s/ Transmissões	0,00	0,00
- Taxas	3.129,94	7.616,96
Conta 84 - Outros Rendimentos e Receitas	1.588.695,17	1.104.778,59
- Ganhos Realizados em Activos Tangíveis (Mais Valias)(a)	1.387.200,00	27.410,50
- Recuperação de Juros	0,00	0,00
- Recuperação de Despesas	0,00	27.410,50
- Reembolso de Despesas	30.403,19	12.585,80
- Reembolso de Subsídio de Baixa de Pessoal	15.906,18	8.490,50
- Outros Rendimentos e Receitas	155.185,80	178.450,30
- Rendimentos de Prestação de Serviços (b)	0,00	877.841,49

(a) Resultantes da Alienação do Edifício do Rossio

(b) Respeitam à compensação por apoio técnico prestado à Novacâmbios - Angola

17. Custos com Pessoal

Os custos com pessoal em 2016, tem a seguinte composição:

CUSTOS COM PESSOAL	Exercício de 2016	Exercício de 2015
- Remunerações	2.480.765,99	2.321.547,49
- Gratificações de Aniversário, Casamento e Nascimento	12.500,00	11.850,00
- Outras Gratificações / Bónus	12.975,00	306.125,51
- Encargos Sociais s/ Remunerações	638.490,77	649.036,90
- Cedência de Pessoal	78.270,32	205.601,60
- Fundo de Compensação de Trabalho	542,63	3.089,91
- Subsídio de Refeição	256.195,18	255.778,23
- Subsídio de Férias e Subsídio de Natal	290.800,68	427.172,00
- Subsídio de Transporte	41.650,00	51.418,14
- Seguro de Acidentes de Trabalho	23.567,52	25.474,20
- Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	7.441,80	6.754,25
- Fardamento e Outros Artigos de Vestuário	394,83	0,00
- Serviços Clínicos	0,00	2.938,40
- Seguro de Saúde	23.838,77	17.617,56
TOTAL	3.867.433,49	4.284.404,19



18. Gastos Gerais Administrativos

19. Em 31 de Dezembro de 2016, os gastos gerais administrativos totalizaram **2.279.573,29**, repartindo-se da forma a seguir indicada:

20.

GASTOS GERAIS - FORNECIMENTOS	Exercício de 2016	Exercício de 2015
- Água, Energia e Combustível	86.498,95	89.210,89
- Material de Consumo Corrente	5.664,46	14.394,57
- Material para Assistência e Reparações	38.814,48	78.999,78
- Publicações	106,00	106,00
- Material de Higiene e Limpeza	3.666,79	5.783,81
- Outros Fornecimentos	1.828,39	24.212,46
TOTAL	136.579,07	212.707,51

GASTOS GERAIS - SERVIÇOS	Exercício de 2016	Exercício de 2015
- Rendas, Cedências de Espaços e Condomínios	977.861,59	1.044.755,67
- Alugueres	59.431,54	75.602,46
- Comunicações	132.945,29	160.542,53
- Deslocações e Estadas no País	36.276,69	31.744,39
- Ajudas de Custo no País	3.212,50	33.444,09
- Despesas de Alojamento	5.595,62	16.286,00
- Deslocações e Estadas no Estrangeiro	33.161,11	113.915,20
- Ajudas de Custo no Estrangeiro	135.717,00	145.800,00
- Despesas de Representação	47.463,72	111.706,02
- Edição de Publicações	944,00	80,00
- Brindes	28.183,35	80.029,37
- Publicidade	115.176,08	66.382,45
- Patrocínios	4.407,12	19.657,00
- Conservação e Reparação	35.940,28	51.115,83
- Transportes	11,45	0,00
- Formação Profissional	310,95	14.154,91
- Seguros	16.543,03	17.946,02
- Avenças e Honorários	384.127,98	764.630,22
- Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	1.365,00	723,72
- Contratos de Assistência Técnica	6.095,86	5.541,81
- Vigilância e segurança	11.999,30	17.530,05
- Serviços de Limpeza	25.920,57	21.927,30
- Outros Serviços de Terceiros	80.304,19	81.377,18
TOTAL	2.142.994,22	2.930.856,79



21. Amortizações do Exercício

Durante o exercício de 2016, foram efectuadas as seguintes Amortizações do Activo Intangível e Tangível:

AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES	Exercício de 2016	Exercício de 2015
- Amortizações de Activos Intangíveis (Incorpóreo)	8.718,30	15.009,04
- Amortizações de Activos Tangíveis (Corpóreo)	214.931,62	308.260,67
Total	223.649,92	323.269,71

22. Imparidade de outros activos financeiros, liquida de reversões e recuperações

No ano de 2016, a empresa reconheceu uma imparidade de **72.291,29**, de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, referente a acções que adquiriu em 2013 e 2014.

23. Resultados antes de impostos e impostos correntes

Os resultados antes do apuramento do Imposto Corrente sobre os Lucros (IRC) são de **537.328,83€** negativos.

Impostos correntes

Os impostos correntes sobre os lucros do exercício de 2015 são de **57.563,43**.
Ver Nota 6 e 25.

24. Resultado Líquido do Exercício

Em 31.12.2016 a sociedade apresentou um resultado líquido negativo de **594.892,26**
No entanto nos últimos três anos a sociedade apresentou os seguintes resultados:

Exercício de 2016		Exercício de 2015		Exercício de 2014	
Resultado Líquido	-594.892,26	Resultado Líquido	3.923.959,70	Resultado Líquido	380.520,91
Resultado Antes de Impostos	-537.328,83	Resultado Antes de Impostos	5.370.722,23	Resultado Antes de Impostos	550.449,85
Resultado Fiscal - Matéria Colectável	-494.122,12	Resultado Fiscal - Matéria Colectável	6.000.384,46	Resultado Fiscal - Matéria Colectável	549.815,77
IRC a pagar	57.563,43	IRC a pagar	1.290.778,62	IRC a pagar	11.960,56



25. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2015, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2016.

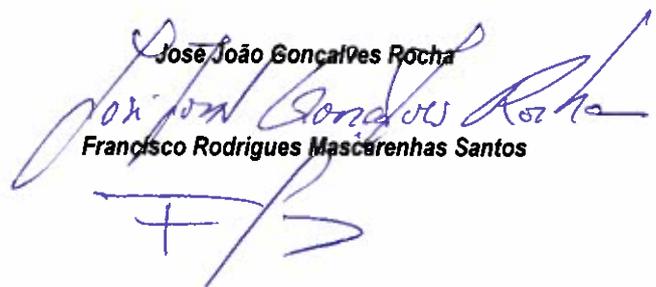
Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

O Responsável pela Contabilidade



José Manuel Almeida da Silva
Contabilista Certificado N.º 15479

O Responsável pela Gestão



Jose João Gonçalves Rocha
Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2016, a atividade da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

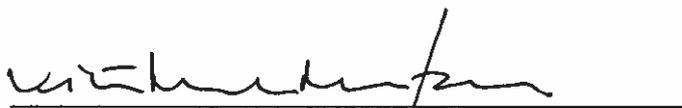
Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 3 de abril de 2017

O FISCAL ÚNICO



Vítor Manuel Mendes dos Santos em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016, (que evidencia um total de 7.749.340 euros e um total de capital próprio de 5.225.715 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 594.892 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), conforme a Instrução N.º 18/2005 do Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), conforme a Instrução N.º 18/2005 do Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e





- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística adotada em Portugal para Pequenas Entidades através do Sistema de Normalização Contabilística;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de abril de 2017


Vitor Manuel Mendes dos Santos em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda